

APÊNDICE II - DETALHAMENTO DAS LINHAS DE AÇÃO CONSTANTES NODOCUMENTO BASE DA 5ª FASE DO PPCDAM E DEPOIS DA REPACTUAÇÃO	
Linha de Ação no PPCDAm Original	Linha de Ação no PPCDAM Repactuado
Eixo I – Atividades Produtivas Sustentáveis	Eixo I – Atividades Produtivas Sustentáveis
Objetivo Estratégico.1 Estimular atividades produtivas sustentáveis	Objetivo Estratégico.1 Promover a bioeconomia e a sociobioeconomia
Resultado Esperado 1.1. Bioeconomia, sociobiodiversidade e transição agroecológica ampliadas e fortalecidas.	Resultado Esperado 1.1. Bioeconomia, sociobiodiversidade e transição agroecológica ampliadas e fortalecidas.
Linha de Ação 1.1.1. Elaborar e implementar o Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia articulado aos instrumentos já existentes (ex. Lei da Biodiversidade, Política Nacional de Biocombustíveis – Renovabio, Lei de Biossegurança) (MMA/MDA/MDIC)	Linhas de Ação 1.1.1. Elaborar e implementar programas e ações de apoio à bioeconomia.
Linha de Ação 1.1.2. Desenvolver Programa de Bioeconomia e Desenvolvimento Regional (MIDR/MMA/MCTI/MDIC/ Censipam – MD)	Linhas de Ação 1.1.1. Elaborar e implementar programas e ações de apoio à bioeconomia.
Linha de Ação 1.1.3. Apoiar projetos de inclusão socioprodutiva sustentável para povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, agricultura familiar e camponesa e empreendimentos comunitários, valorizando as cadeias de produtos da sociobiodiversidade (MMA/MDA/MAPA/MPI/MD/MDIC/ Censipam – MD/MEC)	Linhas de Ação 1.1.3. Promover negócios sustentáveis e criar empregos verdes, fortalecendo a bioeconomia, a transição agroecológica e o etnodesenvolvimento.
Linha de Ação 1.1.4. Desenvolver e implementar programas de apoio aos micros e pequenos empreendimentos empresariais e de base comunitária e viabilizar acesso ao desenvolvimento tecnológico aplicado aos negócios sustentáveis (MMA/MDIC/MAPA/MCTI/MDIC/ Censipam – MD/MEC)	Linha de Ação 1.1.4. Ampliar a infraestrutura local de transporte, saneamento, conectividade e energia renovável necessária para estimular cadeias da sociobiodiversidade dos produtos agroecológicos
Linha de Ação 1.1.5. Incentivar e fortalecer redes de pesquisa para o desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias e tecnologias sociais voltadas para as cadeias da sociobiodiversidade e os produtos agroecológicos com foco em espécies nativas (MMA/MAPA/MCTI/MDA/MDIC/Censipam – MD/MEC)	Linha de Ação 4.1.1. Produzir conhecimento, disseminar informação para conscientizar, formar e capacitar os diferentes agentes sociais para a importância da conservação, da adoção de práticas sustentáveis
Linha de Ação 1.1.6. Adequar e fortalecer as políticas e programas de compras governamentais (PAA, PNAE, PGPM, PGPM-Bio e Selo da Agricultura Familiar), aumentando as aquisições de produtos agroecológicos e da sociobiodiversidade e ampliando o acesso para povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, agricultura familiar e camponesa e empreendimentos comunitários (MDA/MDS/MPI/MMA/MDIC/MEC)	Linha de Ação 1.1.2. Fortalecer e ampliar as políticas e programas de compras governamentais (PAA, PNAE, PGPM, SocioBio-Mais, Selo da Agricultura Familiar etc.).
Linha de Ação 1.1.7. Recriar o comitê gestor e fortalecer e ampliar a Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) (MMA/MDA/MF)	Linha de Ação 1.1.2. Fortalecer e ampliar as políticas e programas de compras governamentais (PAA, PNAE, PGPM, SocioBio-Mais, Selo da Agricultura Familiar etc.).
Linha de Ação 1.1.8. Implementar programas de assistência técnica e extensão rural (ATER) socioambiental e de certificação da produção para povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, agricultura familiar e camponesa e empreendimentos comunitários, valorizando o conhecimento tradicional, adequando e fortalecendo o Pronatec Extrativista (MDA/MMA/MPI/MEC)	Linha de Ação 4.1.2 Fortalecer o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater) e ampliar oferta de assistência técnica, assegurando o atendimento inclusivo e incorporação de modelos de assistência voltados às práticas sustentáveis, à conservação da biodiversidade e restauração de vegetação nativa e redução do desmatamento
Linha de Ação 1.1.9. Criar instrumentos econômicos e/ou adaptar outros existentes (ex. estímulos fiscais, pagamento por serviços ambientais) para fomentar a bioeconomia de base comunitária (MF/MMA/MDIC/MEC)	Linha de Ação 13.3.1. Propor normas e promover incentivos fiscais para a bioeconomia e subvenções para os produtos da sociobioeconomia provenientes de sistemas produtivos sustentáveis e biodiversos, do extrativismo sustentável e de sistemas agroflorestais, em especial para os provenientes das terras indígenas, dos territórios de povos e comunidades tradicionais e da agricultura familiar. Linha de Ação 13.9.1. Regulamentar e implementar políticas, programas, projetos ou iniciativas relacionados com PSA como mecanismo de incentivo ao uso sustentável e apoio a projetos locais de desenvolvimento socioeconômico, com ênfase na gestão coletiva dos territórios e seus sistemas tradicionais em áreas protegidas.
Linha de Ação 1.1.10. Aprimorar o sistema CafWeb para ampliar inscrição no Cadastro de Agricultura Familiar (CAF) com integração ao CAR e sistemas fundiários do Incra (MDA/MMA)	Linha de Ação 8.2.1. Automatizar, qualificar e gerar subsídios para o processo de análise do CAR e do PRA, e desenvolver mecanismos para promover a integração do SICAR com outros sistemas, como Sinaflor, CafWeb etc.
Linha de Ação 1.1.11. Propor nova classificação das atividades da bioeconomia nos instrumentos de pesquisa (CNAE, COD etc.) e mapear organizações públicas e civis voltadas à PD&I e à capacitação técnica (Centros Ecorregionais, Casa de Família Rural etc.)” (MF/MMA/MDIC)	Suprimida
Linha de Ação 1.1.12. Fortalecer as organizações de base comunitária para o aprimoramento, a formulação e a implementação das políticas públicas e projetos correlatos (MMA)	Linhas de Ação 1.1.1. Elaborar e implementar programas e ações de apoio à bioeconomia.
Linha de Ação 1.1.13. Criar programa de frentes de trabalho, polos e distritos de reflorestamento na Amazônia (MMA/MDIC/MTTrabalho	Linha de Ação 2.2.1 Promover a recuperação da vegetação nativa, apoiando e fortalecendo a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa e outras iniciativas
Linha de Ação 1.1.14. Desenvolver Rotas de Integração Nacional baseada em sistemas agroflorestais (SAFs) (Cacau, Açaí, Biodiversidade) (MIDR/MAPA/MDIC/ Censipam – MD)	Linha de Ação 1.1.1. Elaborar e implementar programas e ações de apoio à bioeconomia.
Linha de Ação 1.1.15. Promover o manejo da pesca sustentável, em especial o manejo do pirarucu, com foco na produção de uma fonte proteica para autoconsumo, geração de renda, monitoramento e gestão territorial (MPI/MMA/MDIC)	Linha de Ação 1.1.1. Elaborar e implementar programas e ações de apoio à bioeconomia. Linha de Ação 1.1.3. Promover negócios sustentáveis e criar empregos verdes, fortalecendo a bioeconomia, a transição agroecológica e o etnodesenvolvimento.

Linha de Ação 1.1.16. Lançar edital de aceleração de negócios de impacto social voltados para a conservação do meio ambiente e economia verde nos biomas brasileiros (Enímpacto) (MDIC).	Linha de Ação 1.1.3. Promover negócios sustentáveis e criar empregos verdes, fortalecendo a bioeconomia, a transição agroecológica e o etnodesenvolvimento.
Linha de Ação 1.1.17. Instituir o Programa Empreender na Trilha para incentivar o desenvolvimento econômico sustentável ao longo de trilhas de áreas protegidas (MDIC/MMA).	Linha de Ação 1.2.1. Ampliar o turismo de natureza, rural, de base comunitária e em unidades de conservação.
Linha de Ação 1.1.18. Incentivar a bioeconomia e as economias da biodiversidade na Amazônia por meio do Centro de Bionegócios da Amazônia (CBA) (MDIC/MMA/ Censipam – MD).	Linha de Ação 1.1.3. Promover negócios sustentáveis e criar empregos verdes, fortalecendo a bioeconomia, a transição agroecológica e o etnodesenvolvimento.
Linha de Ação 1.1.19. Institucionalizar o Programa Nacional de Bioeconomia para a Sociobiodiversidade (MDA/MMA)	Suprimida, pois foi concluída
Linha de Ação 1.1.20. Criar a "Marca Amazônia" para certificação de produção verde, ambiental e social sustentáveis (MDIC/MMA)	Suprimida, pois foi concluída
Linha de Ação 1.1.21. Criar o "Selo Amazônia" para certificação de produtos da bioeconomia, produzidos com insumos da região e de forma sócio, ambiental e economicamente sustentável (MDIC/MMA)	Suprimida, pois foi concluída
Linha de Ação 1.1.22. Criar o "Selo Verde" relativo à análise do ciclo de vida de produtos quanto à geração de resíduos sólidos, uso de água e pegada de carbono a fim de promover a sustentabilidade ambiental (MDIC/MMA)	Suprimida, pois foi concluída
Linha de Ação 1.1.23. Criar e ofertar cursos de extensão e Educação Profissional e Tecnológica (EPT) em regime de alternância ou regular e com bolsas de estudos, para jovens, povos originários e tradicionais atuarem como agentes ambientais na promoção de ações de educação ambiental e atividades produtivas sustentáveis nos diferentes territórios da Amazônia Legal (MMA/MEC)	Linha de Ação 4.1.1. Produzir conhecimento, disseminar informação para conscientizar, formar e capacitar os diferentes agentes sociais para a importância da conservação, da adoção de práticas sustentáveis
Resultado Esperado 1.2 Formação e capacitação de pessoal e Infraestrutura para as cadeias da sociobiodiversidade e agricultura familiar sustentável aprimoradas	Resultado Esperado 4.1. Pesquisa, formação, capacitação e conhecimento para o uso e conservação ampliados e disseminados.
1.2.1. Ampliar a infraestrutura local de transporte (MDS/MIDR), saneamento (MMA/MDS), conectividade (MMA/GSIPR/MCOM/MAPA/MEC) e energia renovável (MME) necessária para estimular as cadeias da sociobiodiversidade e dos produtos agroecológicos	Linhas de Ação 1.1.4. Ampliar a infraestrutura local de transporte, saneamento, conectividade, e energia renovável necessária para estimular cadeias da sociobiodiversidade dos produtos agroecológicos
1.2.2. Implementar infraestrutura de aeródromos e portos fluviais adequados ao escoamento de insumos de maior valor agregado e que concentrem órgãos de fiscalização e de segurança pública (ex: Órgãos integrantes do PPIF) e de fomento à atividade de comércio interestadual. (MIDR/MPA/GSIPR/MPA/MJSP/MF/MD)	Linha de Ação 1.1.4. Ampliar a infraestrutura local de transporte, saneamento, conectividade, e energia renovável necessária para estimular cadeias da sociobiodiversidade dos produtos agroecológicos
1.2.3. Aprimorar e disponibilizar infraestrutura local de pesquisa (laboratórios flutuantes e terrestres) para geração de conhecimento para o desenvolvimento sustentável (MCTI/MPA/MDIC/MEC)	Linha de Ação 1.1.4. Ampliar a infraestrutura local de transporte, saneamento, conectividade, e energia renovável necessária para estimular cadeias da sociobiodiversidade dos produtos agroecológicos
1.2.4. Desenvolver linha de financiamento e atração de investidores para infraestrutura sustentável conforme definição de prioridades do Plano de Infraestrutura Sustentável para a Amazônia (MIDR)	Suprimida
1.2.5. Formar, capacitar e estimular a fixação de recursos humanos para a produção sustentável, manejo florestal e restauração da vegetação nativa (MCTI/MEC/MDA/MPA/MMA/MDIC)	Linha de Ação 4.1.1. Produzir conhecimento, disseminar informação para conscientizar, formar e capacitar os diferentes agentes sociais para a importância da conservação, da adoção de práticas sustentáveis
Resultado Esperado 1.3. Turismo de natureza, etnoturismo e turismo regenerativo para a Amazônia fomentados e incrementados	Resultado Esperado 1.2. Turismo de natureza, etnoturismo e turismo regenerativo fomentados e incrementados.
1.3.1. Incentivar e fomentar o ecoturismo e o turismo regenerativo como estratégia de desenvolvimento regional com conservação ambiental, uso sustentável e recuperação da paisagem promovendo a geração de emprego e renda para as populações locais. (MMA/MTur/MDIC)	Linha de Ação 1.2.1. Ampliar o turismo de natureza, rural, de base comunitária. em territórios indígenas e em unidades de conservação.
1.3.2. Implementar programa de turismo de base comunitária e de etnoturismo, contribuindo para a valorização da sociobiodiversidade, para salvaguardar a história e a cultura, e promovendo a equidade social e o desenvolvimento local nos territórios de povos e comunidades tradicionais, e dos povos indígenas, (MMA/MTur/MDIC/MPI)	Linha de Ação 1.2.1. Ampliar o turismo de natureza, rural, de base comunitária. em territórios indígenas e em unidades de conservação.
Resultado Esperado 1.4. Adoção de práticas sustentáveis na agropecuária ampliada	3.1. Resultado Esperado 3.1. Práticas de agricultura sustentável fortalecidas.
1.4.1. Disseminar sistemas produtivos sustentáveis e biodiversos, por meio de crédito rural e outros instrumentos (fiscais e financeiros), com incentivos para a recuperação de pastagens degradadas, extrativismo e implementação de sistemas agroflorestais (MAPA/MDA/MMA/MF)	Linha de Ação 3.1.1. Promover a restauração produtiva e sistemas produtivos sustentáveis para públicos distintos.
1.4.2. Implementar o Programa Amazônia Mais Sustentável (MAPA)	Sem linha de ação específica para o Programa. Metas do MAPA ao longo do Plano possuem sinergia com o Programa.

1.4.3. Fomentar o desenvolvimento e difusão de novos produtos, tecnologias e tecnologias sociais voltados para agricultura sustentável, cadeias da sociobiodiversidade, proteção de mananciais e adaptação às mudanças climáticas (MAPA/MCTI/MDA/MMA/Censipam – MD/MEC)	Linha de Ação 1.1.1. Elaborar e implementar programas e ações de apoio à bioeconomia.
	Linha de Ação 3.1.1. Promover a restauração produtiva e sistemas produtivos sustentáveis para públicos distintos.
1.4.4. Promover a disseminação de práticas preventivas de manejo integrado do fogo com a substituição ao uso do fogo para fins agropecuários (MAPA/MDA/MCTI/MMA)	Linha de Ação 3.1.2 Disseminar o manejo integrado do fogo, incluindo práticas de prevenção e alternativas ao uso do fogo para fins agropecuários
1.4.5. Implementar Programa de Reinserção Produtiva dos produtores rurais irregulares excluídos das cadeias produtivas com fomento à intensificação da agropecuária e regularização ambiental (MAPA/MDA/MMA)	Linha de Ação 3.1.1. Promover a restauração produtiva e sistemas produtivos sustentáveis para públicos distintos.
Objetivo Estratégico.2 Promover o Manejo Florestal Sustentável e a recuperação e restauração de áreas desmatadas ou degradadas	Objetivo Estratégico.2 Produção madeireira e não madeireira por meio do Manejo Florestal Sustentável, concessões florestais, silvicultura de espécies nativas incrementadas
Resultado Esperado 2.1 Produção madeireira e não madeireira por meio do Manejo Florestal Sustentável, Concessões Florestais e silvicultura de espécies nativas incrementada	Resultado Esperado 2.1 Produção madeireira e não madeireira por meio do Manejo Florestal Sustentável, Concessões Florestais e silvicultura de espécies nativas incrementada
2.1.1. Avaliar a viabilidade e o potencial para implantação de manejo florestal sustentável comunitário de produtos madeireiros e não madeireiros em territórios coletivos (SNPCT – MMA/Incra – MDA/Funai – MPI/Censipam – MD/MDIC)	Linha de Ação 2.1.1 Promover o manejo florestal sustentável de uso múltiplo (inclusive uso madeireiro, não madeireiro para a pecuária) e as boas práticas de produção para exploração econômica das espécies nativas madeireira e não madeireistas e da fauna
2.1.2. Implementar programas de incentivos econômicos e apoio à organização produtiva e assistência técnica para empreendimentos florestais e agroflorestais, incluindo aqueles de natureza comunitária (MMA/MDA/MEC/MF/MAPA/MDIC)	Linha de Ação 2.1.1 Promover o manejo florestal sustentável de uso múltiplo (inclusive uso madeireiro, não madeireiro para a pecuária) e as boas práticas de produção para exploração econômica das espécies nativas madeireira e não madeireistas e da fauna
2.1.3. Estimular a utilização intensiva de biomassa florestal oriunda do manejo florestal sustentável para geração e cogeração de energia (SFB – MMA/MME/MDIC)	Linha de Ação 2.1.1 Promover o manejo florestal sustentável de uso múltiplo (inclusive uso madeireiro, não madeireiro para a pecuária) e as boas práticas de produção para exploração econômica das espécies nativas madeireira e não madeireistas e da fauna
2.1.4. Criar programa federal de apoio ao manejo florestal comunitário e familiar (MMA/MDA)	Linha de Ação 2.1.1 Promover o manejo florestal sustentável de uso múltiplo (inclusive uso madeireiro, não madeireiro para a pecuária) e as boas práticas de produção para exploração econômica das espécies nativas madeireira e não madeireistas e da fauna
2.1.5. Ampliar a área de floresta pública federal sob concessão florestal, incluindo a restauração florestal e silvicultura de espécies nativas (MMA)	Linha de Ação 2.1.1 Promover o manejo florestal sustentável de uso múltiplo (inclusive uso madeireiro, não madeireiro para a pecuária) e as boas práticas de produção para exploração econômica das espécies nativas madeireira e não madeireistas e da fauna
2.1.6. Implantar concessões florestais, aplicar conversão de multas e outros mecanismos para recuperação florestal e agroflorestal, considerando o pagamento por serviços ambientais (MMA/MDIC)	Linha de Ação 2.2.1 Promover a recuperação da vegetação nativa, apoiando e fortalecendo a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa e outras iniciativas
2.1.7. Estimular a silvicultura com espécies nativas, desenvolvendo plano em parceria com o setor privado (MMA/MAPA)	Linha de Ação 2.1.1 Promover o manejo florestal sustentável de uso múltiplo (inclusive uso madeireiro, não madeireiro para a pecuária) e as boas práticas de produção para exploração econômica das espécies nativas madeireira e não madeireistas e da fauna
Resultado Esperado 2.2 Recuperação da vegetação nativa em áreas públicas e privadas estimulada	Resultado Esperado 2.2. Recuperação da vegetação nativa ampliada, com participação social e construção de bases comunitárias e colaborativas, geração de renda para a população local, e inovação tecnológica na restauração ecológica, em alinhamento com a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa e outras iniciativas.
2.2.1. Apoiar e fortalecer a política nacional de recuperação da vegetação nativa (PROVEG), por meio da implementação do PLANAVEG, com base em estudos da cadeia produtiva da recuperação ambiental na Amazônia (MMA/MAPA)	Linha de Ação 2.2.1 Promover a recuperação da vegetação nativa, apoiando e fortalecendo a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa e outras iniciativas
2.2.2. Fomentar o mercado de produção de sementes e mudas e demais insumos, com foco no agricultor familiar e comunidades tradicionais. (MMA/MDA/MAPA)	Linha de Ação 2.2.1 Promover a recuperação da vegetação nativa, apoiando e fortalecendo a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa e outras iniciativas
2.2.3. Produzir e disseminar diretrizes técnico-científicas para as ações e atividades de recuperação em larga escala na Amazônia (MCTI/MMA/MAPA/MEC)	Linha de Ação 2.2.1 Promover a recuperação da vegetação nativa, apoiando e fortalecendo a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa e outras iniciativas
2.2.4. Ampliar a oferta de projetos de conversão indireta de multas na Amazônia (MMA/AGU)	Linha de Ação 2.2.1 Promover a recuperação da vegetação nativa, apoiando e fortalecendo a Política Nacional de Recuperação da Vegetação Nativa e outras iniciativas
2.2.5. Oferecer assistência técnica e incentivos econômicos voltados à implantação de modelo de recuperação florestal produtivos (produtos florestais madeireiros, não madeireiros, fruticultura) (Incra – MDA/MAPA/MF)	Linha de Ação 4.1.2. Fortalecer e ampliar a oferta de assistência técnica por meio de entidades executores de assistência técnica rural (ATER) , assegurando o atendimento inclusivo e incorporação de modelos de assistência voltados às práticas sustentáveis, à conservação da biodiversidade e restauração de vegetação nativa e redução do desmatamento
2.2.6. Promover a restauração florestal inclusiva de base comunitária em larga escala, valorizando as áreas protegidas e territórios coletivos (MMA/MDA/MCTI)	Linha de Ação 3.1.1 Promover a restauração produtiva para públicos distintos e fortalecer e ampliar o acesso ao mercado e às políticas públicas da agricultura familiar
2.2.7. Contratar, qualificar e investir em entidades públicas e privadas de ATER para serviços de assistência técnica e extensão rural à agricultura familiar, às mulheres e jovens rurais e comunidades tradicionais, voltados à produção de alimentos saudáveis, desenvolvimento sustentável e preservação ambiental na Amazônia Legal (MDA)	Linha de Ação 4.1.2. Fortalecer o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater) e ampliar oferta de assistência técnica, assegurando o atendimento inclusivo e incorporação de modelos de assistência voltados às práticas sustentáveis, à conservação da biodiversidade e restauração de vegetação nativa e redução do desmatamento.
2.2.8. Contratar entidade de ATER para serviços de assistência técnica e extensão rural às mulheres rurais, voltados à produção de alimentos saudáveis, desenvolvimento sustentável e preservação ambiental na Amazônia Legal (MDA)	Linha de Ação 4.1.2. Fortalecer o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater) e ampliar oferta de assistência técnica, assegurando o atendimento inclusivo e incorporação de modelos de assistência voltados às práticas sustentáveis, à conservação da biodiversidade e restauração de vegetação nativa e redução do desmatamento.
Objetivo Estratégico 3. Fortalecer a articulação com os estados da Amazônia Legal nas ações de fomento às atividades sustentáveis	Objetivo Estratégico 5. Fortalecer a articulação com os estados da Amazônia Legal nas ações de fomento às atividades sustentáveis
Resultado Esperado 3.1 Articulação com os estados e municípios da Amazônia Legal nas ações de fomento às atividades produtivas sustentáveis fortalecida	Resultado Esperado 5.1 Articulação com os estados e municípios da Amazônia Legal nas ações de fomento às atividades produtivas sustentáveis fortalecida

3.1.1. Acompanhar e apoiar a implementação do Plano de Recuperação Verde (PRV) do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal em alinhamento às diretrizes do PPCDAm (MF/MAPA/MMA)	Suprimida
3.1.2. Criar e/ou fortalecer centros de educação socioambiental integrados e integradores na Amazônia Legal (MMA/MEC)	Linha de Ação 4.1.1. Produzir conhecimento, disseminar informação para conscientizar, formar e capacitar os diferentes agentes sociais para a importância da conservação e da adoção de práticas sustentáveis
3.1.3. Elaborar e implementar um programa de educação ambiental com as intuições de educação básica e superior voltado à prevenção e ao controle do desmatamento na Amazônia Legal (MMA/MEC)	Linha de Ação 4.1.1. Produzir conhecimento, disseminar informação para conscientizar, formar e capacitar os diferentes agentes sociais para a importância da conservação, da adoção de práticas sustentáveis
Não há objetivo de estimular atividades agropecuárias sustentáveis. É um resultado esperado apenas.	Objetivo Estratégico 3. Estimular atividades madeireiras, não madeireiras e agropecuárias sustentáveis
Não há objetivo relacionado à pesquisa. É um resultado esperado.	Objetivo Estratégico 4. Ampliar a pesquisa, a produção de conhecimento, a formação e a assistência técnica para as atividades produtivas sustentáveis
Eixo II - Monitoramento e Controle Ambiental	Eixo II - Monitoramento e Controle Ambiental
Objetivo Estratégico 4. Garantir abresponsabilização pelos crimes e infrações administrativas ambientais ligados ao desmatamento e degradação florestal	Objetivo Estratégico 5. Fortalecer a atuação das instituições federais e garantir a responsabilização pelos crimes e infrações administrativas ambientais ligados ao desmatamento, à ocorrência de incêndios florestais e à degradação florestal.
Resultado Esperado 4.1 Alto nível de resolução e responsabilização administrativa, civil e criminal do desmatamento ilegal e degradação florestal alcançado	Resultado Esperado 5.1 Alto nível de resolução e responsabilização administrativa, civil e criminal do desmatamento ilegal e degradação florestal alcançado.
4.1.1. Aperfeiçoar e ampliar a atuação remota da fiscalização ambiental federal (MMA)	Linha de Ação 5.1.1. Aperfeiçoar e ampliar a atuação federal para prevenir e combater os crimes que afetam o meio ambiente, abrangendo o desmatamento ilegal, fraudes fundiárias, grilagem de terras públicas, exploração ilegal de madeira, garimpo ilegal etc., com responsabilização administrativa e civil solidária da cadeia produtiva de desincentivos econômicos às atividades criminosas.
4.1.2. Criar instância de coordenação interagências para combate aos crimes e infrações ambientais (MMA/MJSP/MD/GSIPR/Funai – MPI)	Linha de Ação 5.1.2. Articular, planejar e atuar de forma integrada com ações preventivas e de combate ao desmatamento e incêndios florestais.
4.1.3. Estabelecer força-tarefa permanente para responsabilização (civil e criminal) pelos ilícitos e infrações ambientais dos maiores desmatadores e das empresas que adquirem minérios e produtos agropecuários destas áreas, por meio de Ações Cíveis Públicas (AGU/MMA)	Linha de Ação 5.1.1. Aperfeiçoar e ampliar a atuação federal para prevenir e combater os crimes que afetam o meio ambiente, abrangendo o desmatamento ilegal, fraudes fundiárias, grilagem de terras públicas, exploração ilegal de madeira ao garimpo ilegal etc., com responsabilização administrativa e civil solidária da cadeia produtiva de desincentivos econômicos às atividades criminosas.
4.1.4. Aumentar o índice de resolutividade dos inquéritos e processos administrativos instaurados referentes a crimes e infrações contra a flora amazônica (MJSP/MMA)	Linha de Ação 5.1.1. Aperfeiçoar e ampliar a atuação federal para prevenir e combater os crimes que afetam o meio ambiente, abrangendo o desmatamento ilegal, fraudes fundiárias, grilagem de terras públicas, exploração ilegal de madeira ao garimpo ilegal etc., com responsabilização administrativa e civil solidária da cadeia produtiva de desincentivos econômicos às atividades criminosas.
4.1.5. Integrar as ações de fiscalização e de investigação criminal com foco na descapitalização e responsabilização por ilícitos ambientais, infrações sanitárias, lavagem de dinheiro, fraudes fiscais e fundiárias correlatas (BCB/MF/MJSP/MMA/MAPA/MDA/PF/COAF/ Censipam – MD)	Linha de Ação 5.1.2. Articular, planejar e atuar de forma integrada com ações preventivas e de combate ao desmatamento e incêndios florestais.
4.1.6. Integrar ações de fiscalização ambiental e patrimonial com investigações sobre crimes de fraude e invasão de terras patrimônio da União (MGISP/MMA/MJSP/MDA)	Linha de Ação 5.1.2. Articular, planejar e atuar de forma integrada com ações preventivas e de combate ao desmatamento e incêndios florestais.
4.1.7. Estruturar instância de governança em inteligência ambiental para o combate ao desmatamento e degradação florestal na Amazônia (MMA/Casa Civil-Abin/MJSP/MD/MMA/Censipam – MD)	Linha de Ação 5.1.2. Articular, planejar e atuar de forma integrada com ações preventivas e de combate ao desmatamento e incêndios florestais.
4.1.8. Ampliar as atividades de inteligência sobre ilícitos ambientais com foco na identificação dos mecanismos de financiamento do desmatamento e garimpo ilegal (MMA/Casa Civil/MJSP/BCB/MD/MDA/Censipam – MD)	Linha de Ação 5.1.2. Articular, planejar e atuar de forma integrada com ações preventivas e de combate ao desmatamento e incêndios florestais.
4.1.9. Desenvolver ações para combater crimes que afetam o meio ambiente, com foco específico nas fraudes fundiárias, corrupção e usuração de terras públicas e através da descapitalização e desincentivos econômicos às atividades criminosas (MJSP/MMA/MDA/MGISP/Casa Civil/BCB/MF / Censipam – MD)	Linha de Ação 5.1.1. Aperfeiçoar e ampliar a atuação federal para prevenir e combater os crimes que afetam o meio ambiente, abrangendo o desmatamento ilegal, fraudes fundiárias, grilagem de terras públicas, exploração ilegal de madeira ao garimpo ilegal etc., com responsabilização administrativa e civil solidária da cadeia produtiva de desincentivos econômicos às atividades criminosas.
4.1.10. Ampliar a fiscalização do desmatamento com responsabilização administrativa e civil solidária da cadeia produtiva que adquire produtos procedentes de desmatamento ilegal de fornecedores diretos e indireto, inclusive por meio da celebração de Termos de Ajuste de Conduta (MMA/AGU/ Censipam – MD)	Linha de Ação 5.1.1. Aperfeiçoar e ampliar a atuação federal para prevenir e combater os crimes que afetam o meio ambiente, abrangendo o desmatamento ilegal, fraudes fundiárias, grilagem de terras públicas, exploração ilegal de madeira ao garimpo ilegal etc., com responsabilização administrativa e civil solidária da cadeia produtiva de desincentivos econômicos às atividades criminosas.
4.1.11. Ampliar o controle sobre a cadeia produtiva do garimpo com integração de ações de investigação criminal e ações de fiscalização minerária, fiscal, financeira e ambiental (MMA/MME/CCPR/BCB/MF/MJSP/GSIPR/ Censipam – MD)	Linha de Ação 5.1.1. Aperfeiçoar e ampliar a atuação federal para prevenir e combater os crimes que afetam o meio ambiente, abrangendo o desmatamento ilegal, fraudes fundiárias, grilagem de terras públicas, exploração ilegal de madeira ao garimpo ilegal etc., com responsabilização administrativa e civil solidária da cadeia produtiva de desincentivos econômicos às atividades criminosas.
Resultado Esperado 4.2 Recursos humanos, tecnológicos e logísticos para a efetividade do enfrentamento aos crimes e ilícitos ambientais disponíveis	Resultado Esperado 5.2 Recursos humanos, tecnológicos e logísticos para a efetividade do enfrentamento dos crimes e ilícitos ambientais disponíveis.

4.2.1. Realização de concursos públicos específicos para contratação de quadros de servidores para o monitoramento e atuação nas ações e regiões críticas para combate ao desmatamento ilegal na Amazônia (MGISP/MPO/MMA/MJSP/MCTI/Casa Civil/Censipam – MD/MPI/MDA)	Suprimida, pois foi concluída
4.2.2. Estruturar bases físicas estratégicas (delegacias, postos, batalhões etc.) necessárias à atuação dos órgãos governamentais na região amazônica em articulação com estados e municípios (MJSP/MMA/MGISP/MPI)	Linha de Ação 5.2.1. Estruturar bases físicas estratégicas. delegacias, postos, batalhões e afins e aprimorar procedimentos administrativos para fortalecer atuação dos órgãos governamentais em articulação com estados e municípios.
4.2.3. Formular e executar cursos e eventos presenciais e à distância para capacitação na prevenção e repressão a crimes e ilícitos ambientais e contra os povos indígenas na Amazônia Legal (MJSP/MMA/MD/MCTI/MEC/Casa Civil)	Linha de Ação 5.2.1. Estruturar bases físicas estratégicas. delegacias, postos, batalhões e afins e aprimorar procedimentos administrativos para fortalecer atuação dos órgãos governamentais em articulação com estados e municípios.
4.2.4. Adquirir veículos, aeronaves, armamentos e demais equipamentos para atuação adequada das equipes das diversas instituições para o monitoramento e controle do desmatamento na Amazônia (MJSP/MMA/MD/MPI/Casa Civil)	Linha de Ação 5.2.1. Estruturar bases físicas estratégicas. delegacias, postos, batalhões e afins e aprimorar procedimentos administrativos para fortalecer atuação dos órgãos governamentais em articulação com estados e municípios.
4.2.5. Implementar sistema para garantir acesso e interoperabilidade de dados sobre processos administrativos, civis e criminais necessários à execução e integração das ações de prevenção, responsabilização e repressão aos crimes e infrações ambientais na Amazônia (MMA/MJSP/GSIPR/MCTI/Casa Civil)	Linha de Ação 5.2.2. Implementar sistema para garantir aprimorar processos administrativos, civis e criminais necessários à execução e integração das ações de prevenção, responsabilização e repressão aos crimes e infrações ambientais.
Objetivo Estratégico 5. Aprimorar a capacidade de controle e monitoramento do desmatamento, incêndios, degradação e cadeias produtivas	Objetivo Estratégico 6. Aprimorar a capacidade de controle, prevenção, análise e monitoramento do desmatamento, degradação e cadeias produtivas.
Resultado Esperado 5.1 Capacidade de monitoramento do desmatamento, dos incêndios e da degradação florestal ampliada	Resultado Esperado 6.1. Capacidade de monitoramento do desmatamento e da degradação ampliados e de seus impactos.
5.1.1. Aprimorar, integrar e garantir a transparência dos sistemas de alertas de desmatamento, degradação e incêndios florestais em apoio à fiscalização e investigação de crimes ambientais (MCTI/MJSP/Censipam – MD/MMA/MPI)	Linha de Ação 6.1.1. Aprimorar, integrar e garantir a transparência dos sistemas de apoio ao monitoramento do desmatamento e de degradação.
5.1.2. Aperfeiçoar o sistema de alertas do desmatamento, exploração seletiva e outras formas de degradação florestal por meio de imagens de radar (MMA/MCTI/ Censipam – MD)	Linha de Ação 6.1.1. Aprimorar, integrar e garantir a transparência dos sistemas de apoio ao monitoramento do desmatamento e de degradação.
5.1.3. Desenvolver e implantar um sistema de predição de desmatamento com base em dados de sensoriamento remoto (MCTI/MJSP/ Censipam – MD/MMA), fiscais (MF) e financeiros (BCB) para guiar ações preventivas de combate ao desmatamento	Linha de Ação 6.1.1. Aprimorar, integrar e garantir a transparência dos sistemas de apoio ao monitoramento do desmatamento e de degradação.
5.1.4. Aprimorar o Sistema de Informações sobre Fogo (Sisfogo) com integração de dados de autorizações de queima, ações de combate a incêndios, qualificação de dados de focos de calor, área queimada e predição do espalhamento do fogo em apoio ao manejo integrado do fogo e combate a incêndios (Ibama, ICMBio e SECD – MMA/Inpe – MCTI/Censipam – MD)	Linha de Ação 6.1.2. Aprimorar, integrar e garantir a transparência do Sistema de Informações sobre Fogo (Sisfogo), com integração de dados de autorizações de queima, ações de combate a incêndios, qualificação de dados de focos de calor, área queimada em apoio ao manejo integrado do fogo e combate a incêndios.
5.1.5. Aprimorar o sistema de monitoramento anual de desmatamento e uso da terra, em alinhamento com inventário nacional de GEE e estratégia nacional de REDD+ (MCTI/MMA/MAPA)	Linha de Ação 6.1.1. Aprimorar, integrar e garantir a transparência dos sistemas de apoio ao monitoramento do desmatamento e de degradação
5.1.6. Apoiar a elaboração dos inventários e Planos Estaduais de Controle de Emissões Atmosféricas nos estados da Amazônia Legal e promover campanhas de sensibilização contra os incêndios florestais e queimadas (MMA)	Linha de Ação 6.1.3. Desenvolver e implantar o monitoramento da poluição atmosférica no bioma, apoiando a elaboração de inventários de emissões e de Planos Estaduais de Controle de Emissões Atmosféricas.
5.1.7. Desenvolver e implementar o monitoramento da poluição atmosférica da Amazônia Legal (MMA)	Linha de Ação 6.1.3. Desenvolver e implantar o monitoramento da poluição atmosférica no bioma, apoiando a elaboração de inventários de emissões e de Planos Estaduais de Controle de Emissões Atmosféricas.
Resultado Esperado 5.2 Monitoramento das cadeias produtivas aprimorado	Resultado Esperado 6.2. Monitoramento das cadeias produtivas e dos atos autorizativos de supressão de vegetação aprimorados.
5.2.1. Desenvolver sistemas de rastreabilidade dos produtos agropecuários na Amazônia (MMA/MAPA/MCTI)	Linha de Ação 6.2.1 Implementar e aprimorar os sistemas autorizativos de supressão de vegetação e de monitoramento e controle da origem ambiental e rastreabilidade da madeira, dos minerais e dos produtos agropecuário.
5.2.2. Integrar as bases do Cadastro Ambiental Rural, do Sinaflor/DOF (MMA), dos documentos fiscais (MF) e de sanidade animal (MAPA) de modo a aprimorar o combate a ilícitos ambientais, sanitários e fiscais	Linha de Ação 6.2.1 Implementar e aprimorar os sistemas autorizativos de supressão de vegetação e de monitoramento e controle da origem ambiental e rastreabilidade da madeira, dos minerais e dos produtos agropecuário.
5.2.3. Implementar sistema para automatizar o monitoramento remoto das áreas embargadas para subsidiar a atuação administrativa e análises de inteligência (MMA/MAPA/MF/MCTI)	Linha de Ação 6.2.1 Implementar e aprimorar os sistemas autorizativos de supressão de vegetação e de monitoramento e controle da origem ambiental e rastreabilidade da madeira, dos minerais e dos produtos agropecuário.
5.2.4. Implementar e aprimorar o controle e o monitoramento na cadeia produtiva da madeira (mecanismos de controle como certificação digital e rastreamento para veículos e embarcações transportadores de madeira, monitoramento de vias e portos, controle e rastreamento de máquinas e tratores de uso florestal e garimpos etc.) (MMA/MT/MJSP)	Linha de Ação 6.2.1 Implementar e aprimorar os sistemas autorizativos de supressão de vegetação e de monitoramento e controle da origem ambiental e rastreabilidade da madeira, dos minerais e dos produtos agropecuário.
5.2.5. Implementar módulo de rastreabilidade da madeira do SINAFLOR com integração dos sistemas de monitoramento das concessões e planos de manejo florestais e da cadeia de custódia da madeira, com vinculação de dados de sensoriamento remoto (MCTI/MD/MJSP/MMA), documentos de origem florestal (MMA/OEMAs) e documentos fiscais (MF)	Linha de Ação 6.2.1 Implementar e aprimorar os sistemas autorizativos de supressão de vegetação e de monitoramento e controle da origem ambiental e rastreabilidade da madeira, dos minerais e dos produtos agropecuário.
Resultado Esperado 5.3 Iniciativas comunitárias de monitoramento e cooperação na proteção ambiental dos territórios difundidas e fortalecidas	Resultado Esperado 6.3 Iniciativas comunitárias de monitoramento e cooperação na proteção ambiental dos territórios difundidas e fortalecidas.
5.3.1. Apoiar as iniciativas comunitárias de monitoramento, gestão e proteção ambiental dos territórios, com troca e difusão de experiências entre iniciativas (MMA/MPI/MDA)	Linha de Ação 6.3.1 Fortalecer iniciativas comunitárias para auxiliar na proteção do território.
5.3.2. Criação de redes comunitárias de monitoramento e cooperação na proteção ambiental dos territórios com incentivos econômicos via PSA e outros instrumentos (MMA/MPI/MDA)	Linha de Ação 6.3.1 Fortalecer iniciativas comunitárias para auxiliar na proteção do território
5.3.3. Garantir a proteção das lideranças socioambientalistas, agentes ambientais e gestores públicos do ICMBio e Ibama e instituições ambientais estaduais e municipais em áreas sob pressão de desmatamento (MMA/MPI/MDA/MJSP)	Linha de Ação 6.3.1 Fortalecer iniciativas comunitárias para auxiliar na proteção do território.

Objetivo Estratégico 6. Prevenir e combater a ocorrência dos incêndios florestais	Objetivo Estratégico 7. Implementar o manejo integrado do fogo.
Resultado Esperado 6.1 Redução da área atingida por incêndios florestais	Resultado Esperado 7.1. Capacidade de prevenção, preparação e resposta aos incêndios florestais aprimorada.
6.1.1. Implementar e equipar o Programa de Brigadas Federais, visando redução do número de Incêndios florestais nas áreas federais prioritárias (MMA/MDA)	Linha de Ação 7.1.1. Implementar ações no escopo da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo (PNMIF) e iniciativas estratégicas, como o Programa de Brigadas Florestais Federais, Cadastro Nacional de Brigadas Florestais, Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional e Federal (Ciman Federal) e campanhas educativas.
6.1.2. Implementar a Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo (MMA/MDA)	Linha de Ação 7.1.1. Implementar ações no escopo da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo (PNMIF) e iniciativas estratégicas, como o Programa de Brigadas Florestais Federais, Cadastro Nacional de Brigadas Florestais, Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional e Federal (Ciman Federal) e campanhas educativas.
6.1.3. Fortalecer a investigação das causas e origem dos incêndios florestais e responsabilizar o proprietário/possuidor/gestor da área de origem do incêndio (Ibama e ICMBio - - MMA/PF - MJSP/Censipam - MD/Inpe - MCTI)	Linha de Ação 7.1.1. Implementar ações no escopo da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo (PNMIF) e iniciativas estratégicas, como o Programa de Brigadas Florestais Federais, Cadastro Nacional de Brigadas Florestais, Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional e Federal (Ciman Federal) e campanhas educativas.
6.1.4. Fortalecer o Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional e Federal (MMA/MPI/MJSP/MDA/MD/MCTI)	Linha de Ação 7.1.1. Implementar ações no escopo da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo (PNMIF) e iniciativas estratégicas, como o Programa de Brigadas Florestais Federais, Cadastro Nacional de Brigadas Florestais, Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional e Federal (Ciman Federal) e campanhas educativas.
6.1.5. Disponibilizar meios aéreos para atividades de prevenção e combate aos de incêndios em áreas remotas ou de difícil acesso (MMA)	Linha de Ação 5.2.1. Estruturar bases físicas estratégicas. delegacias, postos, batalhões e afins e aprimorar procedimentos administrativos para fortalecer atuação dos órgãos governamentais em articulação com estados e municípios Linha de Ação 7.1.1. Implementar ações no escopo da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo (PNMIF) e iniciativas estratégicas, como o Programa de Brigadas Florestais Federais, Cadastro Nacional de Brigadas Florestais, Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional e Federal (Ciman Federal) e campanhas educativas
Objetivo Estratégico 7. Avançar no controle e na regularização ambiental com o aprimoramento do Sistema Nacional de Cadastro	Objetivo Estratégico 8. Aprimorar o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (SICAR) e promover a integração de bases de dados, incluindo estaduais e municipais.
Resultado Esperado 7.1. Bases ambientais com controles aprimorados	Resultado Esperado 8.1. Sistemática de notificações no SICAR e de outras soluções referentes aprimoradas.
7.1.1. Suspender/Cancelar os registros de Cadastro Ambiental Rural de imóveis sobrepostos a Terras Indígenas e vedar novas inscrições (MMA/MPI).	Linhas de Ação 8.1.1. Desenvolver soluções para aprimorar a sistemática de notificação no SICAR de irregularidades, pendências, sobreposições e afins.
7.1.2. Bloquear novas inscrições no Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural e suspender/desativar os cadastros de imóveis rurais individuais sobrepostos a Unidades de Conservação federais (exceto Áreas de Proteção Ambiental e Reservas Particulares do Patrimônio Natural), Terras Quilombolas e terras públicas da União sem comprovação de domínio (MMA/MDA/MinC)	Linhas de Ação 8.1.1. Desenvolver soluções para aprimorar a sistemática de notificação no SICAR de irregularidades, pendências, sobreposições e afins.
Resultado Esperado 7.2 Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural implementado como instrumento efetivo de regularização ambiental	Linha de Ação 8.2.1. Automatizar, qualificar e gerar subsídios para o processo de análise do CAR e do PRA, e desenvolver mecanismos para promover a integração do SICAR com outros sistemas, como Sinaflor, CafWeb etc.
7.2.1. Produzir base hidrográfica em escala mínima de 1:50.000 e mapas de uso da terra atualizados a partir de imagens de alta resolução, fornecendo uma base oficial para a análise do Cadastro Ambiental Rural e mo	Linha de Ação 8.2.1. Automatizar, qualificar e gerar subsídios para o processo de análise do CAR e do PRA, e desenvolver mecanismos para promover a integração do SICAR com outros sistemas, como Sinaflor, CafWeb etc.
7.2.2. Aprimorar a integração do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural com os sistemas estaduais, de modo a garantir a integridade da base e o cumprimento automático das normas federais, além de ampliar a transparência de dados do Sicar e PRA (MMA).	Linhas de Ação 8.1.1. Desenvolver soluções para aprimorar a sistemática de notificação no SICAR de irregularidades, pendências, sobreposições e afins Linha de Ação 8.2.1. Automatizar, qualificar e gerar subsídios para o processo de análise do CAR e do PRA, e desenvolver mecanismos para promover a integração do SICAR com outros sistemas, como Sinaflor, CafWeb etc.
7.2.3. Integrar o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural com o Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais, com a Plataforma de Gestão Agropecuária e com sistemas de monitoramento por satélite, de modo a aprimorar a transparência das cadeias produtivas (MMA/MAPA/MCTI).	Linha de Ação 8.2.1. Automatizar, qualificar e gerar subsídios para o processo de análise do CAR e do PRA, e desenvolver mecanismos para promover a integração do SICAR com outros sistemas, como Sinaflor, CafWeb etc.
7.2.4. Aprimorar sistema de análise dinamizada do Cadastro Ambiental Rural para viabilizar a conclusão do processo de análise sem demandar a intervenção do produtor rural, de modo a reduzir custos e aumentar a efetividade da ferramenta (MMA/MCTI)	Linha de Ação 8.2.1. Automatizar, qualificar e gerar subsídios para o processo de análise do CAR e do PRA, e desenvolver mecanismos para promover a integração do SICAR com outros sistemas, como Sinaflor, CafWeb etc.
7.2.5. Implementar e disponibilizar para os estados sistema com proposta automática de alternativas de regularização ambiental, com base em modelagem no nível da paisagem (por exemplo, proposta locacional de reserva legal para formação de corredores ecológicos) (MMA/MCTI).	Linha de Ação 8.2.1. Automatizar, qualificar e gerar subsídios para o processo de análise do CAR e do PRA, e desenvolver mecanismos para promover a integração do SICAR com outros sistemas, como Sinaflor, CafWeb etc.
7.2.6. Criar conselho consultivo do Cadastro Ambiental Rural para alinhar o aprimoramento do Cadastro Ambiental Rural entre o Ministério do Meio Ambiente e Mudança Clima e demais ministérios e órgãos estaduais de meio ambiente interessados (MMA/MAPA/MDA/MGISP/MPI).	Suprimida em virtude das decisões da ADPF 743 que criaram várias instâncias de integração.

Objetivo Estratégico 8. Fortalecer a articulação com os estados da Amazônia Legal nas ações de fiscalização	Objetivo Estratégico 9. Fortalecer a articulação federativa para promoção de ações de prevenção e controle do desmatamento e dos incêndios florestais e implementação da Lei de Proteção da Vegetação Nativa.
Resultado Esperado 8.1 Atuação dos estados da Amazônia Legal em alinhamento com PPCDAm	Resultado Esperado 9.1 Fomentar iniciativas estaduais e municipais de prevenção e controle do desmatamento e dos incêndios florestais alinhadas aos planos federais de prevenção e controle do desmatamento e das queimadas nos biomas.
8.1.1. Atuar com os institutos estaduais de terras, agências de defesa sanitária e órgãos estaduais de meio ambiente (OEMAs) para integrar com o Sicar as bases de dados com dados fundiários, licenças ambientais, autos de infração, embargos, manejo florestal, autorizações de supressão e queima (MMA/MDA)	Linha de Ação 9.1.1 Apoiar a revisão/atualização/implementação/monitoramento dos PPCDs dos estados da Amazônia de forma integrada ao PPCDAm.
8.1.2. Apoiar a revisão/atualização dos PPCDs dos estados da Amazônia de forma integrada ao PPCDAm e monitorar conjuntamente indicadores e metas (MMA)	Linha de Ação 9.1.1 Apoiar a revisão/atualização/implementação/monitoramento dos PPCDs dos estados da Amazônia de forma integrada ao PPCDAm.
8.1.3. Promover a articulação com os órgãos estaduais e municipais das capitais dos estados da Amazônia Legal que atuam na prevenção e resposta aos incêndios florestais (MMA)	Linha de Ação 9.1.2 Apoiar a implementação de ações de monitoramento nos municípios da Amazônia Legal.
8.1.4. Elaborar campanhas informativas e educativas nas capitais e em municípios críticos da Amazônia sobre a necessidade de redução das queimadas e incêndios florestais para melhoria da qualidade do ar (MMA/MCTI)	Linha de Ação 7.1.1. Implementar ações no escopo da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo (PNMIF) e iniciativas estratégicas, como o Programa de Brigadas Florestais Federais, Cadastro Nacional de Brigadas Florestais, Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional e Federal (Ciman Federal) e campanhas educativas.
Eixo III - Ordenamento fundiário e territorial	Eixo III - Ordenamento fundiário e territorial
Objetivo Estratégico 9. Garantir a destinação de terras públicas federais não destinadas para proteção e uso sustentável, especialmente para povos indígenas e comunidades tradicionais	Objetivo Estratégico 10. Garantir a destinação de Florestas Públicas Federais Não Destinadas para proteção e uso sustentável, especialmente para povos indígenas e comunidades tradicionais e agricultores familiares, e reduzir a insegurança fundiária.
Resultado Esperado 9.1 Insegurança fundiária reduzida	Resultado Esperado 10.1. Florestas públicas federais destinadas, bases fundiárias com controles aprimorados e insegurança fundiária reduzida.
9.1.1. Identificar, demarcar e incorporar as terras devolutas na Amazônia Legal ao patrimônio da União (MDA).	Linha de Ação 10.1.1. Demarcar terras devolutas da União e realizar a destinação de florestas públicas federais para proteção, conservação e uso sustentável dos recursos naturais, reconhecimento de direitos territoriais e prevenção e controle do desmatamento.
9.1.2. Estruturar cadastro imobiliário básico (observando os padrões estabelecidos pela ISO 19152), integrado com informações territoriais e aportando dados e metadados à Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (MDA/MGISP/MPO/ Censipam – MD /MAPA).	Linha de Ação 10.1.2. Promover a regularização fundiária de ocupantes de glebas federais sem destinação.
9.1.3. Estabelecer fluxo de informações entre os órgãos fundiários das diferentes esferas, de forma a promover agilidade nas consultas e validações dos documentos de imóveis advindos do destacamento do patrimônio público (MDA/MGISP/MPI/MMA/GSI-PR).	Linha de Ação 10.1.3. Promover a integração de informações territoriais e ambientais para aprimoramento da regularização fundiária.
Resultado Esperado 9.2 Florestas públicas destinadas e protegidas	Resultado Esperado 10.1. Florestas públicas federais destinadas, bases fundiárias com controles aprimorados e insegurança fundiária reduzida.
9.2.1. Reestruturar e reinstalar a Câmara Técnica de Destinação e Regularização Fundiária de Terras Públicas Federais Rurais (MDA/MGISP/MPI/MMA/GSI-PR)	Suprimida, pois foi concluída e a atuação da CTD encontra-se em outra linha de ação
9.2.2. Identificar os terrenos marginais de propriedade da União, as áreas ocupadas por povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, as áreas prioritárias para conservação, uso e desenvolvimento sustentáveis e as áreas com potencial para concessão florestal (MDA/MGISP/MPI/MMA)	Linha de Ação 10.1.1. Demarcar terras devolutas da União e realizar a destinação de florestas públicas federais para proteção, conservação e uso sustentável dos recursos naturais, reconhecimento de direitos territoriais e prevenção e controle do desmatamento..
9.2.3. Redefinir critérios de priorização e propor a destinação, para proteção, conservação e uso sustentável, das florestas públicas ainda não destinadas (MDA/MGISP/MPI/MMA/GSI-PR)	Linha de Ação 10.1.1 Realizar a destinação de terras públicas federais para proteção, conservação e uso sustentável dos recursos naturais, reconhecimento de direitos territoriais e prevenção e controle do desmatamento, bem como demarcar terras devolutas da União
9.2.4. Revisar as destinações de terras públicas da União feitas nos últimos anos a partir dos novos critérios estabelecidos e da revisão dos interesses e responsabilidades dos órgãos federais (MDA/MGISP/MPI/MMA/GSI-PR)	Linha de Ação 10.1.1 Realizar a destinação de terras públicas federais para proteção, conservação e uso sustentável dos recursos naturais, reconhecimento de direitos territoriais e prevenção e controle do desmatamento, bem como demarcar terras devolutas da União
Resultado Esperado 9.3 Bases fundiárias com controles aprimorados	Resultado Esperado 10.1. Florestas públicas federais destinadas, bases fundiárias com controles aprimorados e insegurança fundiária reduzida.

9.3.1. Analisar automaticamente, notificar e, caso sejam verificadas irregularidades, indeferir pedidos de regularização fundiária de parcelas inscritas no Sistema de Gestão Fundiária sobrepostas a terras públicas sem requerimento ou evidência de uso anterior à data limite para regularização fundiária estabelecida na legislação e/ou sem CAR ativo (MDA/GSI-PR).	Linha de Ação 10.1.3. Promover a integração de informações territoriais e ambientais para aprimoramento da regularização fundiária.
9.3.2. Estabelecer força-tarefa permanente para a identificação e investigação de fraudes em pedidos de regularização fundiária, compensação de reserva legal e titulação em cooperação com Conselho Nacional da Justiça, estados e cartórios da Amazônia Legal (MDA/MGISP/MMA/Censipam – MD).	Linha de Ação 10.1.3. Promover a integração de informações territoriais e ambientais para aprimoramento da regularização fundiária.
9.3.3. Implementar sistema de verificação automática do cumprimento das cláusulas resolutivas ambientais dos títulos da regularização fundiária e dos assentamentos, com a perda do benefício prevista na legislação caso seja detectado desmatamento ilegal e aplicação do embargo automático das áreas desmatadas irregularmente (MMA/MDA).	Linha de Ação 10.1.3. Promover a integração de informações territoriais e ambientais para aprimoramento da regularização fundiária.
9.3.4. Aperfeiçoar, em articulação com o Conselho Nacional da Justiça, estados e cartórios, repositório nacional de títulos de terras com cópia digital dos registros de imóveis privados e das glebas públicas federais e estaduais, de modo a evitar alterações fraudulentas de documentos (MDA/MGISP).	Linha de Ação 10.1.3. Promover a integração de informações territoriais e ambientais para aprimoramento da regularização fundiária.
9.3.5. Incluir, nos registros de imóveis rurais, o número do respectivo Cadastro Ambiental Rural, garantindo segurança jurídica às declarações prestadas pelos proprietários ou possuidores (MMA/MDA/CNU)	Linha de Ação 10.1.3. Promover a integração de informações territoriais e ambientais para aprimoramento da regularização fundiária.
Objetivo Estratégico 10. Ampliar e fortalecer a gestão das áreas protegidas	Objetivo Estratégico 11. Ampliar e fortalecer a gestão territorial e ambiental, incluindo a criação e a consolidação de áreas protegidas e de territórios coletivos.
Resultado Esperado 10.1 Unidades de Conservação criadas, consolidadas e com gestão fortalecida	Resultado Esperado 11.1. Unidades de Conservação criadas, consolidadas e com gestão fortalecida.
10.1.1. Consolidar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e suas ferramentas, em articulação com os órgãos gestores federal, estaduais e municipais (MMA).	Linha de Ação 11.1.1. Criar e consolidar Unidades de Conservação e integrar com outros instrumentos.
10.1.2. Propor e criar Unidades de Conservação, com foco em áreas críticas de desmatamento (MMA/MDA/GSIPR).	Linha de Ação 11.1.1. Criar e consolidar Unidades de Conservação e integrar com outros instrumentos.
10.1.3. Desenvolver e implementar plano de consolidação territorial e fortalecimento da gestão, contemplando a regularização fundiária e a devida sinalização das Unidades de Conservação (MMA/MGISP).	Linha de Ação 11.1.1. Criar e consolidar Unidades de Conservação e integrar com outros instrumentos.
10.1.4. Reconhecer e implementar instrumentos de gestão e governança territorial integrada de áreas protegidas (como mosaicos, corredores ecológicos, reservas da biosfera e sítios Ramsar) (MMA)	Linha de Ação 11.1.1. Criar e consolidar Unidades de Conservação e integrar com outros instrumentos.
10.1.5. Incluir modalidades de projetos de assentamentos ambientalmente diferenciados no Plano Nacional de Áreas Protegidas (MDA/MMA).	Linha de Ação 11.1.1. Criar e consolidar Unidades de Conservação e integrar com outros instrumentos.
Resultado Esperado 10.2 Terras Indígenas e Territórios Quilombolas identificados, delimitados, demarcados, homologados, regularizados e com gestão fortalecida	Resultado Esperado 11.2. Terras Indígenas, territórios quilombolas e assentamentos identificados, criados, regularizados e com gestão aprimorada, levando em consideração as etapas inerentes a cada categoria.
10.2.1. Identificar, delimitar, demarcar, homologar e regularizar Terras Indígenas e Territórios Quilombolas, de forma a garantir o reconhecimento de seus territórios (MPI/MinC/MDA/MGISP).	Linha de Ação 11.2.2. Criar, consolidar e aprimorar a gestão territorial nos territórios quilombolas.
10.2.2. Analisar e contraditar as contestações interpostas à identificação e delimitação de Terras Indígenas e Territórios Quilombolas (MPI/MinC/MDA).	Linha de Ação 11.2.3. Criar, consolidar e aprimorar a gestão territorial de Terras Indígenas. Linha de Ação 11.2.2. Criar, consolidar e aprimorar a gestão territorial nos territórios quilombolas.
10.2.3. Viabilizar a remoção de invasores em Terras Indígenas (MPI/MJSP).	Linha de Ação 11.2.3. Criar, consolidar e aprimorar a gestão territorial de Terras Indígenas.
10.2.4. Localizar povos indígenas isolados e garantir o reconhecimento, desintrusão e proteção permanente aos seus territórios (MPI).	Linha de Ação 11.2.3. Criar, consolidar e aprimorar a gestão territorial de Terras Indígenas.
10.2.5. Elaborar e implementar planos de gestão territorial e ambiental de Terras Indígenas, com fomento tecnológico e econômico e assistência técnica para realização de atividades sustentáveis (MPI/MMA).	Linha de Ação 11.2.3. Criar, consolidar e aprimorar a gestão territorial de Terras Indígenas.
10.2.6. Fomentar a gestão territorial de Territórios Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais (MDA/MIDR)	Linha de Ação 11.2.4. Fomentar a gestão territorial para atendimento a povos e comunidades tradicionais.
Resultado Esperado 10.3 Diretrizes de uso e ocupação em bases sustentáveis estabelecidas	Resultado Esperado 11.3. Diretrizes de uso e ocupação da terra em bases sustentáveis estabelecidas.
10.3.1. Revisar o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal, ampliando e aumentando a eficácia dos instrumentos de incentivo e restrição de uso da terra com foco no desmatamento zero até 2030 (MMA)	Linha de Ação 11.3.1. Apoiar a elaboração e revisão dos Zoneamentos Ecológico-Econômicos (ZEE) para ser usado como subsídio para o planejamento da infraestrutura de transportes, ações preventivas de governança territorial e outros instrumentos de políticas públicas, bem como outros Zoneamentos relativos à agenda territorial.

10.3.2. Apoiar a elaboração e revisão do zoneamento ecológico-econômico dos estados da Amazônia Legal, com foco no desmatamento zero até 2030 e na estratégia nacional de Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal (REDD) (MMA).	Linha de Ação 11.3.1. Apoiar a elaboração e revisão dos Zoneamentos Ecológico-Econômicos (ZEE) para ser usado como subsídio para o planejamento da infraestrutura de transportes, ações preventivas de governança territorial e outros instrumentos de políticas públicas, bem como outros Zoneamentos relativos à agenda territorial.
10.3.3. Fomentar o uso do zoneamento ecológico-econômico como subsídio para o planejamento da infraestrutura de transportes, ações preventivas de governança territorial e outros instrumentos de políticas públicas (MMA/MT).	Linha de Ação 11.3.1. Apoiar a elaboração e revisão dos Zoneamentos Ecológico-Econômicos (ZEE) para ser usado como subsídio para o planejamento da infraestrutura de transportes, ações preventivas de governança territorial e outros instrumentos de políticas públicas, bem como outros Zoneamentos relativos à agenda territorial.
10.3.4. Desenvolver sistema de gestão da informação sobre a ocupação humana em áreas protegidas, visando à consolidação territorial e implementação de políticas públicas (MMA/MPI/MDA/MCTI)	Linha de Ação 10.1.3. Promover a integração de informações territoriais e ambientais para aprimoramento da regularização fundiária.
10.3.5. Elaborar e revisar o zoneamento agroecológico de culturas voltadas à produção de bioenergia (cana-de-açúcar, soja, dendê e milho) (MAPA/MMA).	Linha de Ação 11.3.1. Apoiar a elaboração e revisão dos Zoneamentos Ecológico-Econômicos (ZEE) para ser usado como subsídio para o planejamento da infraestrutura de transportes, ações preventivas de governança territorial e outros instrumentos de políticas públicas, bem como outros Zoneamentos relativos à agenda territorial.
Objetivo Estratégico 11. Coordenar e/ou alinhar o planejamento dos grandes empreendimentos e projetos de infraestrutura com a meta de desmatamento zero até 2030	Objetivo Estratégico 12. Coordenar e/ou alinhar o planejamento dos grandes empreendimentos e projetos de infraestrutura e desenvolvimento na região com a meta de desmatamento zero até 2030.
Resultado Esperado 11.1 Processos de planejamento e tomada de decisão para a implementação de grandes empreendimentos e projetos de infraestrutura aprimorados e adequados às metas ambientais e de desenvolvimento do Brasil	Resultado Esperado 12.1. Processos de planejamento e tomada de decisão para a implementação de grandes empreendimentos e projetos de infraestrutura e de desenvolvimento aprimorados e adequados às metas ambientais e de desenvolvimento do Brasil.
11.1.1. Qualificar o processo de tomada de decisão sobre grandes empreendimentos e projetos de infraestrutura, desenvolvendo e utilizando instrumentos como os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (MT/MME/MMA/Casa Civil/MPO/MF).	Linha de Ação 12.1.1. Regularizar, desenvolver e implementar instrumentos (Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA, Avaliação Ambiental Estratégica – AAE etc.) a fim de, de forma preventiva, contribuir para a governança ambiental e territorial para o controle do desmatamento; promover ações de reparação das áreas desmatadas; evitar ou mitigar o impacto e garantir os direitos da populações envolvidas, e promover ações de mitigação da emissão de GEE decorrentes da mudança no uso do solo na área de influência de grandes empreendimentos e projetos de infraestrutura e de desenvolvimento regional.
11.1.2. Incluir nas diretrizes do Plano Plurianual a obrigatoriedade da realização de Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental para grandes empreendimentos e projetos de infraestrutura (MPO/Casa Civil/MF/MT/MMA/MF/GSI-PR).	Linha de Ação 12.1.1. Regularizar, desenvolver e implementar instrumentos (Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA, Avaliação Ambiental Estratégica – AAE etc.) a fim de, de forma preventiva, contribuir para a governança ambiental e territorial para o controle do desmatamento; promover ações de reparação das áreas desmatadas; evitar ou mitigar o impacto e garantir os direitos da populações envolvidas, e promover ações de mitigação da emissão de GEE decorrentes da mudança no uso do solo na área de influência de grandes empreendimentos e projetos de infraestrutura e de desenvolvimento regional.
11.1.3. Definir metodologia para avaliação dos potenciais impactos diretos e indiretos dos grandes empreendimentos e projetos de infraestrutura sobre a meta de desmatamento zero até 2030 e de neutralização de carbono até 2050 (GEE decorrentes da mudança no uso do solo) para apoiar o planejamento e diretrizes para o licenciamento ambiental (MMA/MT/MME/MF/MPO).	Linha de Ação 12.1.1. Regularizar, desenvolver e implementar instrumentos (Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA, Avaliação Ambiental Estratégica – AAE etc.) a fim de, de forma preventiva, contribuir para a governança ambiental e territorial para o controle do desmatamento; promover ações de reparação das áreas desmatadas; evitar ou mitigar o impacto e garantir os direitos da populações envolvidas, e promover ações de mitigação da emissão de GEE decorrentes da mudança no uso do solo na área de influência de grandes empreendimentos e projetos de infraestrutura e de desenvolvimento regional.
11.1.4. Desenvolver e implementar instrumentos para, de forma preventiva, contribuir para a governança territorial para o controle do desmatamento, ações de reparação das áreas desmatadas e ações de mitigação da emissão de GEE decorrentes da mudança no uso do solo na área de influência de grandes empreendimentos e projetos de infraestrutura (MMA/MT/MME/MF/Casa Civil).	Linha de Ação 12.1.1. Regularizar, desenvolver e implementar instrumentos (Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA, Avaliação Ambiental Estratégica – AAE etc.) a fim de, de forma preventiva, contribuir para a governança ambiental e territorial para o controle do desmatamento; promover ações de reparação das áreas desmatadas; evitar ou mitigar o impacto e garantir os direitos da populações envolvidas, e promover ações de mitigação da emissão de GEE decorrentes da mudança no uso do solo na área de influência de grandes empreendimentos e projetos de infraestrutura e de desenvolvimento regional.
11.1.5. Alinhar os planos nacionais setoriais vigentes, de modo a compatibilizá-los aos compromissos nacionais de redução do desmatamento (MT/MME/MMA/MF/Casa Civil).	Linha de Ação 12.1.2. Alinhar e implementar Planos Nacionais Setoriais e programas de desenvolvimento aos objetivos e metas dos Plano de Controle do Desmatamento.
11.1.6. Regularizar e implementar a Avaliação Ambiental Estratégica como instrumento de planejamento, com foco em grandes empreendimentos e projetos de infraestrutura (MMA/MT/MME/Casa Civil/MPO/MF).	Linha de Ação 12.1.1. Regularizar, desenvolver e implementar instrumentos (Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA, Avaliação Ambiental Estratégica – AAE etc.) a fim de, de forma preventiva, contribuir para a governança ambiental e territorial para o controle do desmatamento; promover ações de reparação das áreas desmatadas; evitar ou mitigar o impacto e garantir os direitos da populações envolvidas, e promover ações de mitigação da emissão de GEE decorrentes da mudança no uso do solo na área de influência de grandes empreendimentos e projetos de infraestrutura e de desenvolvimento regional.
11.1.7 Implementar o Programa de Desenvolvimento das Capacidades para Integração e Desenvolvimento Regional nos territórios afetados por grandes empreendimentos e projetos de infraestrutura (PCDR) (MIDR)	Linha de Ação 12.1.2. Alinhar e implementar Planos Nacionais Setoriais e programas de desenvolvimento aos objetivos e metas dos Plano de Controle do Desmatamento.
Eixo IV - Instrumentos normativos econômicos	Eixo IV - Instrumentos normativos econômicos

Objetivo Estratégico 12. Criar, aperfeiçoar e implementar instrumentos normativos e econômicos para controle do desmatamento	Objetivo Estratégico 13. Criar, aperfeiçoar e implementar instrumentos normativos e econômicos para controle do desmatamento, queimadas e conservação da biodiversidade
Resultado Esperado 12.1. Fundos estabelecidos e ampliados em apoio às políticas de controle do desmatamento	Resultado Esperado 13.1. Fundos ou mecanismos estabelecidos e ampliados em apoio às políticas de controle do desmatamento, queimadas e conservação da biodiversidade.
12.1.1. Retomar a operacionalização do Fundo Amazônia e apoiar o Comitê Orientador do Fundo Amazônia e o BNDES na elaboração de novas diretrizes alinhadas com a 5ª fase do PPCDAm (MMA/MDIC)	Linha de Ação 13.1.1. Operacionalizar e fortalecer o Fundo Amazônia e seus espaços de governança e garantir apoio aos entes federativos.
12.1.2. Criar mecanismo de apoio emergencial aos Estados com recursos do Fundo Amazônia (MMA/MDIC)	Linha de Ação 13.1.1. Operacionalizar e fortalecer o Fundo Amazônia e seus espaços de governança e garantir apoio aos entes federativos.
12.1.3. Buscar fontes adicionais de recurso para fortalecer o Fundo Amazônia (MMA/MDIC)	Linha de Ação 13.1.1. Operacionalizar e fortalecer o Fundo Amazônia e seus espaços de governança e garantir apoio aos entes federativos.
12.1.4. Estabelecer ações de coordenação e governança inter-fundos e projetos especiais (Fundo Clima, FNMA, FNDF, FNRB, FNO, FDD etc.) para viabilizar a implementação dos programas e projetos decorrentes das linhas de ação do PPCDAm (MMA/MDIC)	Linha de Ação 13.1.1. Operacionalizar e fortalecer o Fundo Amazônia e seus espaços de governança e garantir apoio aos entes federativos.
12.1.5. Estimular o alinhamento dos estados aos objetivos do PPCDAm através de incentivos econômicos (MMA/MF)	Linha de Ação 13.1.1. Operacionalizar e fortalecer o Fundo Amazônia e seus espaços de governança e garantir apoio aos entes federativos.
Resultado Esperado 12.2. Instrumentos de incentivo das atividades de mitigação e adaptação implementados	Resultado Esperado 13.2. Instrumentos de incentivo das atividades de mitigação e adaptação implementados.
12.2.1. Construir marcadores verdes do orçamento da União de forma vinculada a estratégia de emissão de títulos sustentáveis do Tesouro Nacional (MF/MPO)	Linha de Ação 13.2.1. Desenvolver mecanismos econômicos, financeiros e regulatórios para fomentar investimentos sustentáveis e promover a responsabilidade socioambiental.
12.2.2. Construir a taxonomia de atividades que integram a estratégia de mitigação e adaptação para mudanças climáticas visando orientar atividades governamentais e privadas (MF/MDIC/MMA)	Linha de Ação 13.2.1. Desenvolver mecanismos econômicos, financeiros e regulatórios para fomentar investimentos sustentáveis e promover a responsabilidade socioambiental.
12.2.3. Definir subvenções econômicas para estimular a agregação de valor de produtos da bioeconomia na Zona Franca de Manaus (ZFM), no contexto da reforma tributária (MF/MMA/MDIC)	Linha de Ação 13.2.1. Desenvolver mecanismos econômicos, financeiros e regulatórios para fomentar investimentos sustentáveis e promover a responsabilidade socioambiental.
12.2.4. Propor legislação para que as empresas sejam obrigadas a mensurar e publicizar os impactos socioambientais e a neutralizá-los (MDIC)	Linha de Ação 13.2.1. Desenvolver mecanismos econômicos, financeiros e regulatórios para fomentar investimentos sustentáveis e promover a responsabilidade socioambiental.
Resultado Esperado 12.3. Incentivos fiscais, subvenções e financiamento para as atividades produtivas e negócios sustentáveis da biodiversidade criados e implementados	Resultado Esperado 13.3. Incentivos de mercado e fiscais, subvenções e financiamento para as atividades produtivas e negócios sustentáveis da biodiversidade, fortalecidos/criados e implementados.
12.3.1. Fortalecer, simplificar e revisar normas para acesso ao crédito no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para o financiamento do uso sustentável dos recursos naturais e das cadeias da sociobiodiversidade (MDA/MMA/MF)	Linha de Ação 13.3.1. Propor normas e promover incentivos fiscais para a bioeconomia e subvenções para os produtos da sociobioeconomia provenientes de sistemas produtivos sustentáveis e biodiversos, do extrativismo sustentável e de sistemas agroflorestais, em especial para os provenientes das terras indígenas, dos territórios de povos e comunidades tradicionais e da agricultura familiar.
12.3.2. Promover incentivos fiscais e creditícios para os produtos da bioeconomia, em especial para os provenientes das terras indígenas, dos territórios de povos e comunidades tradicionais e da agricultura familiar (MMA/MP/MDIC/MDA)	Linha de Ação 13.3.1. Propor normas e promover incentivos fiscais para a bioeconomia e subvenções para os produtos da sociobioeconomia provenientes de sistemas produtivos sustentáveis e biodiversos, do extrativismo sustentável e de sistemas agroflorestais, em especial para os provenientes das terras indígenas, dos territórios de povos e comunidades tradicionais e da agricultura familiar.
12.3.3. Estimular a criação ou expansão de mecanismos de financiamento públicos e/ou privados para os negócios da bioeconomia (MMA/MDIC)	Linha de Ação 13.3.1. Propor normas e promover incentivos fiscais para a bioeconomia e subvenções para os produtos da sociobioeconomia provenientes de sistemas produtivos sustentáveis e biodiversos, do extrativismo sustentável e de sistemas agroflorestais, em especial para os provenientes das terras indígenas, dos territórios de povos e comunidades tradicionais e da agricultura familiar.
12.3.4. Reestruturar o programa de compras públicas sustentáveis para garantir a aquisição de madeira oriunda de concessões florestais (MMA/MF/MGISP)	Linha de Ação 13.3.1. Propor normas e promover incentivos fiscais para a bioeconomia e subvenções para os produtos da sociobioeconomia provenientes de sistemas produtivos sustentáveis e biodiversos, do extrativismo sustentável e de sistemas agroflorestais, em especial para os provenientes das terras indígenas, dos territórios de povos e comunidades tradicionais e da agricultura familiar.
12.3.5. Mobilizar capital de blended finance para negócios de impacto social da bioeconomia e bioindústria (MDIC)	Linha de Ação 13.3.1. Propor normas e promover incentivos fiscais para a bioeconomia e subvenções para os produtos da sociobioeconomia provenientes de sistemas produtivos sustentáveis e biodiversos, do extrativismo sustentável e de sistemas agroflorestais, em especial para os provenientes das terras indígenas, dos territórios de povos e comunidades tradicionais e da agricultura familiar.
12.3.6. Instituir programa de incentivo à exportação de produtos da floresta amazônica brasileira certificados (MDIC).	Linha de Ação 13.3.1. Propor normas e promover incentivos fiscais para a bioeconomia e subvenções para os produtos da sociobioeconomia provenientes de sistemas produtivos sustentáveis e biodiversos, do extrativismo sustentável e de sistemas agroflorestais, em especial para os provenientes das terras indígenas, dos territórios de povos e comunidades tradicionais e da agricultura familiar.

12.3.7. Criação de lei específica sobre bioeconomia indígena	Linha de Ação 13.3.1. Propor normas e promover incentivos fiscais para a bioeconomia e subvenções para os produtos da sociobioeconomia provenientes de sistemas produtivos sustentáveis e biodiversos, do extrativismo sustentável e de sistemas agroflorestais, em especial para os provenientes das terras indígenas, dos territórios de povos e comunidades tradicionais e da agricultura familiar.
Resultado Esperado 12.4. Crédito rural aprimorado	Resultado Esperado 13.4. Crédito rural aprimorado.
12.4.1. Realizar alinhamento progressivo do crédito rural para contribuir com a meta de desmatamento zero até 2030 (MMA/MAPA/MDA/MF)	Linha de Ação 13.4.1. Ajustar progressivamente o crédito rural para incentivar a produção sustentável, conforme meta de desmatamento zero até 2030, por meio de estímulos no Plano Safra, revisão das regras de concessão e restrições para produtores com irregularidades ambientais e fundiárias.
12.4.2. Introduzir estímulos no Plano Safra da Agricultura Familiar e Plano Safra para premiar com juros mais baixos e outros incentivos à produção sustentável (MAPA/MDA/MF/MMA)	Linha de Ação 13.4.1. Ajustar progressivamente o crédito rural para incentivar a produção sustentável, conforme meta de desmatamento zero até 2030, por meio de estímulos no Plano Safra, revisão das regras de concessão e restrições para produtores com irregularidades ambientais e fundiárias.
12.4.3. Revisar regras do manual de crédito rural de modo a vetar crédito para produtores com irregularidades ambientais e fundiárias (MMA/MDA/MAPA/MF/BACEN)	Linha de Ação 13.4.1. Ajustar progressivamente o crédito rural para incentivar a produção sustentável, conforme meta de desmatamento zero até 2030, por meio de estímulos no Plano Safra, revisão das regras de concessão e restrições para produtores com irregularidades ambientais e fundiárias.
Resultado Esperado 12.5. ENREDD+ alinhada aos desafios atuais da mitigação da mudança do clima por meio das políticas florestais	Resultado Esperado 13.5. ENREDD+ alinhada aos desafios atuais da mitigação da mudança do clima por meio das políticas florestais.
12.5.1. Revisar a Estratégia Nacional para REDD+ (ENREDD+) (MMA)	Linha de Ação 13.5.1. Revisar e implementar a Estratégia Nacional para REDD+ (ENREDD+).
12.5.2. Implementar o projeto Floresta+, relativo a resultados de REDD+ alcançados pelo Brasil (MMA)	Suprimida, pois existem resultados do Floresta+ ao longo de todo projeto
Resultado Esperado 12.6. Assistência técnica e extensão rural para as atividades sustentáveis da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais fortalecida	Resultado Esperado 4.1. Pesquisa, formação, capacitação e conhecimento para o uso e conservação ampliados e disseminados.
12.6.1. Fortalecer de forma institucional e orçamentária o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater) para o atendimento de demandas da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais, com apoio à atividade sustentável e melhoria da renda das famílias (MDA/MMA)	Linha de Ação 4.1.2 Fortalecer o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater) e ampliar oferta de assistência técnica, assegurando o atendimento inclusivo e incorporação de modelos de assistência voltados às práticas sustentáveis, à conservação da biodiversidade e restauração de vegetação nativa e redução do desmatamento
Resultado Esperado 12.7. Cota de Reserva Ambiental (CRA) para compensação e pagamento de PSA implementada	Resultado Esperado 13.6. Instrumentos de compensação ambiental implementados.
12.7.1. Revisar decreto que regulamenta a Cota de Reserva Ambiental de modo a garantir a integridade ambiental do instrumento (MMA/Casa Civil)	Linha de Ação 13.6.1. Implementar e gerir Cotas de Reserva Ambiental.
Resultado Esperado 12.8. Fiscalização dos Processos de lavra garimpeira irregulares e da cadeia do ouro aprimorados	Resultado Esperado 13.7. Fiscalização dos Processos de lavra garimpeira irregulares e da cadeia do ouro aprimorados.
12.8.1. Aprimorar e automatizar o sistema de controle de áreas da ANM, de modo a evitar a recepção e promover a retirada de processos minerários sobrepostos às áreas especialmente protegidas. (MME)	Linha de Ação 13.7.1. Aprimorar os processos de controle, fiscalização e autorização de garimpos e outros elementos referentes à cadeia do ouro.
12.8.2. Estabelecer diretrizes para bloqueio de processos primários em áreas com restrição à mineração (MME)	Linha de Ação 13.7.1. Aprimorar os processos de controle, fiscalização e autorização de garimpos e outros elementos referentes à cadeia do ouro.
12.8.3. Definir novos procedimentos para análises de processos minerários em terras públicas onde a autorização de pesquisa e autorização de lavra sejam condicionadas a manifestação do órgão competente (MME/MMA/MDA/MGISP/MPI/Casa Civil)	Linha de Ação 13.7.1. Aprimorar os processos de controle, fiscalização e autorização de garimpos e outros elementos referentes à cadeia do ouro.
12.8.4. Aprimorar a fiscalização e sanções às Distribuidoras de valores (DTVM) que comprem ouro de origem ilegal (MF/BCB/MMA)	Linha de Ação 13.7.1. Aprimorar os processos de controle, fiscalização e autorização de garimpos e outros elementos referentes à cadeia do ouro.
Resultado Esperado 12.9. Uso sustentável nas unidades de conservação federais melhoradas e manejo florestal comunitário e familiar fortalecido	Resultado Esperado 2.1. Produção madeireira e não madeireira por meio do Manejo Florestal Sustentável, Concessões Florestais e silvicultura de espécies nativas incrementadas.

12.9.1. Regularizar artigos da Lei nº 9.985/00 que institui o SNUC e aperfeiçoar decretos e portarias correlatos que incidem sobre atividades produtivas sustentáveis e produção madeireira (MMA/ Casa Civil)	Suprimida
12.9.2. Propor regulamentação para consolidação da política de assistência técnica para fortalecimento do manejo florestal comunitário e familiar e demais atividades produtivas sustentáveis (MMA/MDA/ Casa Civil)	Linha de Ação 4.1.2. Fortalecer o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pronater) e ampliar oferta de assistência técnica, assegurando o atendimento inclusivo e incorporação de modelos de assistência voltados às práticas sustentáveis, à conservação da biodiversidade e restauração de vegetação nativa e redução do desmatamento.
12.9.3. Regularizar a Lei nº 14.590, de 24 de maio de 2023 (MMA)	Suprimida
Resultado Esperado 12.10. Alteração legal para aprimoramento da fiscalização das Distribuidoras de Valores (DTVIM) que compram ouro proposta	Resultado Esperado 13.7. Fiscalização dos Processos de lavra garimpeira irregulares e da cadeia do ouro aprimorados.
12.10.1. Aprimorar as normativas para fiscalização das Distribuidoras de Valores (DTVIM) que compram ouro (MF/BCB/MMA/MDA/ Casa Civil)	Linha de Ação 13.7.1. Aprimorar os processos de controle, fiscalização e autorização de garimpos e outros elementos referentes à cadeia do ouro.
Resultado Esperado 12.9. Uso sustentável nas unidades de conservação federais melhoradas e manejo florestal comunitário e familiar fortalecido	Resultado Esperado 2.1. Produção madeireira e não madeireira por meio do Manejo Florestal Sustentável, Concessões Florestais e silvicultura de espécies nativas incrementadas.
Linha de ação 12.10.2. Aprimorar as normativas para garantir a manifestação do órgão gestor da União nas autorizações de processos minerários em terras públicas (MF/BCB/MMA/MDA)	Suprimida
Resultado Esperado 12.11. Manejo integrado do fogo (MIF) regulamentado e implementado, e projetos de lei ou outros atos relevantes para desmatamento zero apresentados	Resultado Esperado 13.8. Projetos de lei ou outros atos legais e infralegais relevantes para prevenção e controle do desmatamento e incêndios florestais apresentados e aprovados.
12.11.1. Realizar articulação para aprovação do Projeto de Lei do Senado Federal nº 1.818/2022, que trata da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo, e aprimorar a normatização infralegal afeta ao Manejo Integrado do Fogo (MMA/Casa Civil/SRI-PR)	Linha de Ação 13.8.1. Aprimorar a normatização legal e infralegal afeta ao Manejo Integrado do Fogo.
12.11.2. Propor inovações e alterações de leis, decretos e demais atos normativos com vistas a tornar mais efetiva a atuação dos órgãos de repressão. (MMA/MJSP)	Suprimida
12.11.3. Revisar dispositivos da Lei de Crimes Ambientais e do Código Florestal e do Decreto nº 6514/2008 para aumentar as penas e a punibilidade relacionadas aos crimes ambientais contra a flora, incluindo os incêndios florestais (MMA /Casa Civil/MJSP, SRI/PR)	Suprimida, pois foi concluída
12.11.4. Elaborar análises e apresentar projetos de lei relevantes para o desmatamento zero por meio de incentivos econômicos (Casa Civil/MMA/MDA)	Suprimida
12.11.5. Elaborar análise e articular junto ao Congresso Nacional para aprimoramento de projetos de Lei com potencial de impactar a meta do desmatamento zero (Casa Civil/MMA)	Suprimida
12.11.6. Propor inovações e alterações de leis, decretos e demais atos infralegais com vistas a tornar mais eficiente a atuação dos órgãos de repressão em relação aos crimes e infrações contra a flora (MMA/MJSP/Casa Civil)	Suprimida
12.11.7. Reformular o processo sancionador ambiental federal e aprimorar a gestão da informação (MMA/Casa Civil)	Suprimida
12.11.8. Propor inovações e alterações de leis, decretos e demais atos infralegais com vistas a recrudescer as penas e sanções referentes à usuração de terras públicas (grilagem de terras) (MMA/MDA/MJSP/Casa Civil)	Suprimida
12.11.9. Propor inovações e alterações de leis, decretos e demais atos infralegais com vistas a recrudescer as penas e sanções referentes à exploração ilegal de minerais (MMA/MDA/MJSP/MME/Casa Civil)	Suprimida
12.11.10. Potencializar a atuação contra ilícitos em Terras Indígenas por meio da regulamentação do poder de polícia administrativo da Funai (MPI/ Casa Civil)	Suprimida, pois foi concluída
12.11.11. Regularizar o Ato Declaratório Ambiental (ADA) (Lei nº 6.938/1981) e instituir regras sobre vinculação ao CAR para fins de regularização ambiental e correlação com o ITR (MMA/MF)	Suprimida
Resultado Esperado 12.12. Lei nº 14.119/2021 regulamentada e novos instrumentos econômicos e mecanismos para o Pagamento de Serviços Ambientais (PSA) criados ou revisados	Resultado Esperado 13.9. Lei nº 14.119/2021 regulamentada e novos instrumentos econômicos e mecanismos para o Pagamento de Serviços Ambientais (PSA) criados, fortalecidos ou revisados
12.12.1. Elaborar e submeter proposta de decreto regulamentador à Presidência da República, sobre a regulamentação do Programa Federal de PSA para atendimento prioritário à agricultura familiar, aos povos indígenas e povos e comunidade tradicionais (MMA/MDA/MAPA/MF)	Linha de Ação 13.9.1. Regularizar e implementar políticas, programas, projetos ou iniciativas relacionados com PSA como mecanismo de incentivo ao uso sustentável e apoio a projetos locais de desenvolvimento socioeconômico, com ênfase na gestão coletiva dos territórios e seus sistemas tradicionais em áreas protegidas.

12.12.2. Criar mecanismos e instrumentos para operar PSA em programas governamentais a serem criados ou aperfeiçoados (ex: Proambiente e Bolsa Verde) (MDA/MMA)	<p>Linha de Ação 13.9.1. Regulamentar e implementar políticas, programas, projetos ou iniciativas relacionados com PSA como mecanismo de incentivo ao uso sustentável e apoio a projetos locais de desenvolvimento socioeconômico, com ênfase na gestão coletiva dos territórios e seus sistemas tradicionais em áreas protegidas.</p> <p>Linha de Ação 13.9.2. Implementar e fortalecer o Programa de Apoio à Conservação Ambiental (Programa Bolsa Verde) em novas bases, com ênfase na gestão coletiva dos territórios e seus sistemas tradicionais em áreas protegidas, e como mecanismo de incentivo ao uso sustentável e apoio a projetos locais de desenvolvimento socioeconômico.</p>
12.12.3. Revisar os contratos de repasse de recursos privados, créditos de carbono e outros mecanismos de pagamento por serviços ambientais em terras públicas e territórios coletivos realizados sem a autorização prévia e avaliação do órgão federal competente e consentimento livre, prévio e informado das populações afetadas (MDA/MPI/MMA Casa Civil)	Suprimida
12.12.4. Relançar e fortalecer o Programa de Apoio à Conservação Ambiental (Programa Bolsa Verde) em novas bases, com ênfase na gestão coletiva dos territórios e seus sistemas tradicionais em áreas protegidas, e como mecanismo de incentivo ao uso sustentável e apoio a projetos locais de desenvolvimento socioeconômico, (MMA)	Linha de Ação 13.9.2. Implementar e fortalecer o Programa de Apoio à Conservação Ambiental (Programa Bolsa Verde) em novas bases, com ênfase na gestão coletiva dos territórios e seus sistemas tradicionais em áreas protegidas, e como mecanismo de incentivo ao uso sustentável e apoio a projetos locais de desenvolvimento socioeconômico.
12.12.5. Criar metodologia para avaliação do valor monetário da biodiversidade em áreas preservadas, para estímulo à emissão de títulos certificados como produtos originários de atividades de conservação de florestas nativas (MDIC/MMA).	Suprimida
12.12.6. Rever o Decreto nº 10.282/2021, que cria Cédula de Produção Rural Verde, e estimular bancos públicos a usarem esse instrumento financeiro como operação de crédito (MDIC/MMA/MF/MAPA)	Suprimida
12.12.7. Atuar para aprovação do PL – 7578/2017 que institui o Patrimônio Verde (MDIC/MMA/ Casa Civil/SRI-PR)	Suprimida
12.12.8. Negociar junto aos órgãos internacionais pelo reconhecimento do patrimônio da biodiversidade preservado como produto comercializável (MDIC/MMA/MRE).	Suprimida
12.12.9. Construir uma proposta de Taxonomia Verde junto com parceiros governamentais (MDIC/MMA/CASA CIVIL/BCB/ MF)	Suprimida, pois foi concluída
Resultado Esperado 12.13. Mercado brasileiro de redução de emissões (MBRE) regulamentado	Resultado Esperado 13.10. Mercado brasileiro de redução de emissões (MBRE) regulamentado e em implementação
12.13.1. Elaborar estudos e análises, propor normas e acompanhar proposições legislativas sobre mercado brasileiro de redução de emissões (MMA/MF/MDIC/MCTI/ Casa Civil)	Linha de Ação 13.10.1. Regulamentar e implementar o mercado de carbono no Brasil, definindo regras e padrões de operação e produzir estudos, análises, propor normativas.
12.13.2. Regulamentar o mercado de carbono no Brasil, definindo regras e padrões de operação (MMA/MF/MDIC/MCTI/Casa Civil)	Linha de Ação 13.10.1. Regulamentar e implementar o mercado de carbono no Brasil, definindo regras e padrões de operação e produzir estudos, análises, propor normativas.
Resultado Esperado 12.14. Política de Lista de Municípios Prioritários aprimorada	Resultado Esperado 13.11. Municípios prioritários para ações de prevenção, monitoramento, controle e redução de desmatamento e degradação florestal no Bioma Amazônia identificados e apoiados.
12.14.1 Definir critérios de entrada e saída da lista negativa e positiva (MMA/MDA/Casa Civil)	Suprimida, pois foi concluída
12.14.2. Definir benefícios e sanções para lista negativa e positiva (MMA/MDA/Casa Civil)	Suprimida, pois foi concluída
Resultado Esperado 12.15. Regularização fundiária de Territórios Quilombolas	Suprimida, pois foi concluída
12.15.1. Revisar o Decreto nº 9.191/2017 e a Portaria Incra 128/2022 (MDA)	Suprimida, pois foi concluída
12.15.2. Regulamentar a identificação, o reconhecimento e a regularização de povos e comunidades tradicionais (MDA)	Suprimida, pois foi concluída